



IX CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CURITIBA-PR

**Rosiane Costa de Souza
Assistente Social
Msc Serviço Social/UFPA
Diretora de Assistência Social
Secretaria de Estado de Assistência Social do Pará**

IMAGENS DO SÉCULO XIX





IMAGENS DO BRASIL ATUAL





Casas de aluguel para imigrantes no final do século 19, os cortiços continuam sendo opções de moradia de muitos trabalhadores da cidade de São Paulo mostra "Cortiços - Redesenhando Espaços de [Sobre]Vivência" fotografias do ensaio de Fabio Knoll





CAUSA OPERÁRIA

Revista de Educação Social - Ano 10 - Nº 37 - Maio de 1971

editorial:

LUTAR PELA ORGANIZAÇÃO DOS COMITÊS DE GREVE

Os comitês de greve são a base da luta operária e a expressão mais elevada da consciência coletiva dos trabalhadores. A sua existência é a garantia da luta pela melhoria das condições de trabalho e pela defesa dos interesses da classe operária. A sua organização é a base da luta pela conquista da liberdade de expressão e de organização dos trabalhadores.

Os comitês de greve são a base da luta operária e a expressão mais elevada da consciência coletiva dos trabalhadores. A sua existência é a garantia da luta pela melhoria das condições de trabalho e pela defesa dos interesses da classe operária. A sua organização é a base da luta pela conquista da liberdade de expressão e de organização dos trabalhadores.

Os comitês de greve são a base da luta operária e a expressão mais elevada da consciência coletiva dos trabalhadores. A sua existência é a garantia da luta pela melhoria das condições de trabalho e pela defesa dos interesses da classe operária. A sua organização é a base da luta pela conquista da liberdade de expressão e de organização dos trabalhadores.

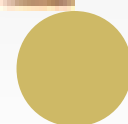
Os comitês de greve são a base da luta operária e a expressão mais elevada da consciência coletiva dos trabalhadores. A sua existência é a garantia da luta pela melhoria das condições de trabalho e pela defesa dos interesses da classe operária. A sua organização é a base da luta pela conquista da liberdade de expressão e de organização dos trabalhadores.

É assim que os comitês de greve são a base da luta operária e a expressão mais elevada da consciência coletiva dos trabalhadores.



COMITÊS DE GREVE
A ORGANIZAÇÃO DA LUTA
PELA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO
E PELA DEFESA DOS INTERESSES DA CLASSE OPERÁRIA

FOME NO BRASIL



PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

- O Plano Brasil Sem Miséria(Decreto 7.492-02/06/2011) agrega **transferência de renda, acesso a serviços públicos, nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica, e inclusão produtiva.**
- Conjunto de ações que envolvem a **criação de novos programas e a ampliação de iniciativas já existentes**, em parceria com Estados, municípios, empresas públicas e privadas e organizações da sociedade civil, o Governo Federal quer incluir a população mais pobre nas oportunidades geradas pelo forte crescimento econômico brasileiro.
- A **expansão e a qualidade dos serviços públicos ofertados às pessoas em situação de extrema pobreza** norteiam o Brasil Sem Miséria. Para isso, o plano prevê o **aumento e o aprimoramento dos serviços ofertados aliados à sensibilização, mobilização e qualificação dos profissionais** que atuam em diversas áreas.

AS AÇÕES DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

- Documentação;
- Energia elétrica;
- Combate ao trabalho infantil;
- Cozinhas comunitárias e bancos de alimentos;
- Apoio à população em situação de rua;
- Educação infantil;
- Saúde da Família;
- Rede Cegonha;
- Distribuição de medicamentos para hipertensos e diabéticos;



AS AÇÕES DO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA


- Tratamento dentário;
- Acesso aos serviços de Saúde;
- Assistência social, por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS);
- Inclusão produtiva: economia solidária, oferta de cursos de qualificação profissional, intermediação de mão de obra para atender as demandas das áreas públicas e privadas;
- Minha Casa Minha Vida;
- Rede de equipamento de alimentos e nutrição;
- Coleta de material reciclado;
- Criação da Bolsa Verde.



O PERFIL DA EXTREMA POBREZA NO BRASIL COM BASE NOS DADOS PRELIMINARES DO UNIVERSO DO CENSO 2010

- A linha de extrema pobreza foi estabelecida em R\$ 70,00 (setenta reais) per capita considerando o rendimento nominal mensal domiciliar.
- 16 milhões de brasileiros cuja renda familiar per capita, é inferior a R\$ 70,00 (setenta reais) mensais, visando sua inserção na cidadania.
- Extrema pobreza: 16,27 milhões de pessoas representa 8,5 % da população total.
- 15,6% da população brasileira reside em áreas rurais dentre as pessoas em extrema pobreza, elas representam pouco menos da metade(46,7%), outra parte (53,3%) situa-se em áreas urbanas onde reside a maior parte da população 84,4%.



- Os 16,27% milhões de extremamente pobres no país estão concentrados principalmente na região nordeste, totalizando 9,61 milhões de pessoas (59,1%)no campo, enquanto outros 43,6% em áreas urbanas.
 - Dos extremamente pobres nas áreas urbanas (8,67 milhões) pouco mais da metade da população vive no nordeste (52,6%)e cerca de 1 em cada 4 na região sudeste(24,7%).
 - Dos 29,83 milhões de brasileiros residentes no campo praticamente 1 em cada 4 encontra-se em extrema pobreza (25,54%)perfazendo um total de 7,59 milhões de pessoas
 - As regiões Norte e Nordeste apresentam valores relativos per capita relativos parecidos 35,74% e 35,4% respectivamente de população rural em extrema pobreza.
- 

CRITÉRIOS ADOTADOS PARA ESTIMAR ESTA PARCELA DA POPULAÇÃO DENTRE OS SEM RENDIMENTO :

- Sem banheiro de uso exclusivo;
- Sem ligação com rede geral de esgoto ou pluvial e sem fossa séptica;
- Em área urbana sem ligação á rede geral de distribuição de água e sem poço ou nascente na propriedade;
- Sem energia elétrica;
- Com pelo menos um morador de 15 anos ou mais de idade analfabeto;
- Com pelo menos três moradores de até 14 anos de idade;
- Pelo menos um morador de 65 anos de idade;
- Pessoas sem rendimento 4.836.732 correspondendo a 70,7% do total de pessoas sem rendimento.



DESIGUALDADE X GÊNERO

- Estamos falando de dupla jornada de trabalho para mulheres das camadas populares. Existem pesquisas que apontam que **mulheres trabalham 17 horas a mais que os homens.**
- O que nos levou ao espaço do público, ao mundo do trabalho não obteve revisão nas tarefas domésticas.
- O desemprego é feminino. Famílias chefiadas por mulheres, recorte territorial e o recorte de raça/etnia;
- O próprio bolsa família cobra da mulher o papel das condicionalidades.



DESIGUALDADE X RAÇA/ETNIA

- Desigualdade refletida no acesso a educação;
 - Inserção no mundo do trabalho;
 - Expectativa de vida.
-
- **A POPULAÇÃO NEGRA MORRE MAIS, ESTUDA MENOS, E REPRESENTA A RESERVA DE MÃO DE OBRA PARA O MERCADO = EXTERMÍNIO, ANALFABETISMO, DESEMPREGO.**



DIREITOS HUMANOS

- A Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu artigo 1º afirma: *“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.”*
- O direito à vida, à alimentação, à saúde, à moradia, à educação, o direito ao afeto e à livre expressão da **sexualidade** estão entre os Direitos Humanos fundamentais.
- Não existe um direito mais importante que o outro. Para o pleno exercício da cidadania, é preciso a garantia do conjunto dos Direitos Humanos.
- Respeitar os Direitos Humanos é promover a vida em sociedade, sem discriminação de classe social, de cultura, de religião, de raça, de etnia, de orientação sexual. Para que exista a **igualdade de direitos**, é preciso respeito às diferenças.

DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS

- Direito de **eqüidade rural-urbana** na proteção social não contributiva;
- Direito de **eqüidade social e de manifestação pública**: Direito, do cidadão e da cidadã, de manifestar-se, exercer protagonismo sem sofrer discriminações, restrições ou atitudes vexatórias derivadas do nível pessoal de instrução formal, etnia, raça, cultura, credo, idade, gênero, limitações pessoais;
- Direito à **igualdade do cidadão e cidadã de acesso à rede socioassistencial**;
- Direito do usuário à **acessibilidade, qualidade e continuidade**: à escuta, ao acolhimento e de ser protagonista na construção de respostas dignas, claras e elucidativas, ofertadas por serviços de ação continuada, localizados próximos à sua moradia, operados por profissionais qualificados, capacitados e permanentes, em espaços com infra-estrutura adequada e acessibilidade, que garantam atendimento privativo, inclusive, para os usuários com deficiência e idosos.

- Direito em ter garantida a **convivência familiar, comunitária e social**;
- Direito à Proteção Social por meio da **intersectorialidade das políticas públicas**: moradia digna trabalho, cuidados de saúde, acesso à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à segurança alimentar, à segurança pública, à preservação do meio ambiente, à infraestrutura urbana e rural, ao crédito bancário, à documentação civil e ao desenvolvimento sustentável;
- **Direito à renda**: Direito, do cidadão e cidadã e do povo indígena, à renda individual e familiar, assegurada através de programas e projetos intersectoriais de inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo, que assegurem a inserção ou reinserção no mercado de trabalho, nos meios urbano e rural.
- Direito ao **co-financiamento da proteção social não contributiva**;
- Direito ao **controle social e defesa dos direitos socioassistenciais**: informado de forma pública, individual e coletiva sobre as ofertas da rede socioassistencial, seu modo de gestão e financiamento; e sobre os direitos socioassistenciais, os modos e instâncias para defendê-los e exercer o controle social, respeitados os aspectos da individualidade humana, como a intimidade e a privacidade.

ESTRATÉGIAS PARA ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DO TRABALHO NO SUAS

- Equipes de Referência;
- O financiamento dos Recursos Humanos;
- A política de capacitação permanente;
- Os Planos de Carreira, Cargos e Salários (PCCS);
- O papel dos entes públicos;
- O papel da rede socioassistencial privada;
- O Cadastro Nacional dos Trabalhadores do SUAS;
- A participação da sociedade civil



DESAFIOS PARA A GESTÃO DO TRABALHO

- Contribuir com a “**desprecarização**” dos vínculos dos **trabalhadores e fim da terceirização**;
- Garantir **Educação Permanente** dos trabalhadores (ação compartilhada entre as três esferas de governo);
- Assegurar **gestão participativa com controle social**;
- Implantação da **Escola Nacional de Formação** em Assistência Social ou similar, de forma descentralizada;
- Cobertura de **100%** dos municípios estruturados com **equipe de referência**, em consonância com a NOB-RH;
- Instituição de **financiamento para linhas de pesquisa**;
- Incluir no **PPA** recursos para a Gestão do Trabalho;
- Coordenar a Secretaria Técnica das **Mesas de Negociações do SUAS**.



“Pobreza é fome, é falta de abrigo, é estar doente e não poder ir ao médico, é não poder ir a escola, é não saber ler. É não ter emprego, é perder um filho para uma doença trazida pela água não tratada, é falta de poder, falta de representação, falta de liberdade.”
(PALAVRAS DE UM USUÁRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL)

